

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO DO RELATOR AO PROJETO DE LEI Nº 2.028, DE 1996 (Apensado ao PL nº 140/95)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de autorização por escrito do assinante para a cobrança de serviços prestados por telefone através do prefixo 900”.

Autor: Deputado LIMA NETTO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Os serviços prestados por telefone, através do prefixo 900, são restritos aos assinantes que tiverem manifestado por escrito a intenção de utilizá-los.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor noventa dias após a sua publicação.

Sala da Comissão, em 09 de junho de 2005.

Deputado MENDES RIBEIRO FILHO
Relator